

12 JUL 1992  
O GLOBO

MARÇAL VERSIANI

# A cultura da corrupção

**D**a corrupção vale o que já se disse do diabo, que o pior de seus ardis é nos fazer crer que ele não existe. Negando-se a corrupção, descarta-se a responsabilidade de denunciá-la. E o diabo, perdão, a corrupção, terá feito a maior das suas.

Nega-se a corrupção, tomando-a por fato banal da vida. Se não foi essa a intenção, para todos os efeitos foi o que produziu a declaração de Mário Amato, de seu posto privilegiado de observação: "Somos todos corruptos." Nega-se também tomando-a por fatalidade inerente ao exercício do poder. E aí se evoca Lorde Acton: "Todo poder corrompe; e o poder absoluto corrompe absolutamente." Negando-a assim, não há como denunciá-la.

E não terminam aí os ardis da corrupção. Ela sabe armá-los, e mais insidiosos, contra aqueles que a farejam, movidos de espírito público ou de dever de ofício. Entre eles, o fazer passar a caça ao corrupto, esse animal daninho cuja caça é permitida o ano inteiro, por erradicação da corrupção.

É tudo, se se sentenciar um juiz ou um procurador do INSS a alguns anos de cadeia em regime fechado? Se uma atilada e perseverante comissão parlamentar de inquérito junta todas as peças com que incriminar na Justiça a, b ou c?

A desgraça desse espírito público e absoluta impessoalidade da Justiça seria ver tudo se esgotar na punição do corrupto; numa pena vindicativa, satisfação a prazo fixo, como aliás manda a lei. Então, tudo pode se transformar num ritual de expiação, com que a sociedade se livrasse da corrupção por procuração e substituição. Tal como se fazia outrora com os bodes expiatórios propriamente ditos: impunham-se as mãos sobre o bode, transbordando sobre ele a carga de pecados do povo; e ele era enxotado para o deserto.

Tivemos, em 1964, a experiência dos IPMs, instalados de Norte a Sul do país, para caça à dobradinha de "corruptos e subversivos". A sombra do primeiro ato institucional, eles foram a expiação em rito sumário e de execução implacável. Hoje, será difícil afirmar que tiveram efeito mais duradouro, no tocante aos corruptos, que os exorcismos do "bispo" Macedo.

Rituais de expiação têm pouco alcance sobre a corrupção mesma, em razão de um equívoco: trabalham sobre uma divisão entre o bem e o mal, entre a integridade e a corrupção, quando esta é anterior àquela divisão. A corrupção existe, antes de se materializar no corrupto. E de maneira tão difusa, que será fútil querer encontrá-la em estado quimicamente puro; ou à maneira do cientista que isola um vírus. As siglas que deram de entrar em curso — PC, LR1, LR2 — não são códigos, como HIV.

Seria muito fácil se a corrupção fosse feita só do par complementar

— o corruptor ativo e o passivo. Mas ela é feita de pares antagônicos, tais como bem público e bem particular; a lei e o "jeitinho brasileiro", que trabalha nas brechas da lei. E preciso que haja instituições, para que haja corrupção. O corrupto é aquele que faz funcionar em seu proveito, não o sistema e as instituições, mas suas falhas. Como o câncer faz, com a atividade vital das células.

Tomemos a instituição política maior e fundamental, o Estado. Onde e quando as falhas dessa instituição ficam expostas à corrupção?

Primeiro, é preciso que comece a se desfazer a relação de igualdade que existe entre o Estado e o cidadão. Hegel nos ensinou como o Estado brota de uma relação de igualdade. No princípio havia o pacto entre o suzerano e seus barões e cavaleiros: era a relação de igualdade. O suzerano, entretanto, se tornaria rei e avesso à concorrência no poder de seus pares de antes, os senhores feudais. Aí começa a aliciá-los, corrompendo-se a relação de igualdade. E, no lugar do pacto de honra, surge o pacto de poder — a aristocracia, a oligarquia, a corte. A nobreza-virtude se aliena em nobreza de status; e, evidentemente, se avilta.

Os reis por direito divino não existem mais, mas as oligarquias sobrevivem. E fazem do Estado um condomínio fechado. A crescer constantemente, na razão direta do fechamento das oligarquias: são poucos, mas é muita a cupidez a se satisfazer.

E ouro sobre azul para as oligarquias, quando esse Estado se torna agente econômico maior. Ele suprirá

os meios de bancar a nobreza de status, depois que as revoluções liberais acabaram com a sociedade de privilégios: no lugar de privilégios institucionalizados, entra o meio circulante. Medido em dólar, para maior garantia. E surge o loteamento político das empresas estatais, surgem as licitações fraudadas, surge o tráfico de influência, surgem as propinas. Continua a compra de nobreza de status, como se comprava outrora a nobreza de toga. Só que entre quatro paredes, saindo a paga do caixa-2 e suas inúmeras variações.

E eis aí outro instrumento da corrupção do Estado, o segredo. Não pelo que este deve ser, proteção da privacidade do cidadão, mas pelo que ele acaba sendo: proteção de interesses privados, de estatutos sociais injustificados, das oligarquias, enfim. Assim chegamos aonde chegamos: grita-se ao escândalo sobre arranhões ao sigilo bancário ou fiscal; e se cala o escândalo do que ele acoberta.

Aliás, escândalos sempre haverá. E a vantagem que o regime democrático leva aí é impedir que sejam varridos para debaixo do tapete. Já a corrupção, que mais que escândalo é uma cultura, sua tentação está instalada no Estado máximo, que tudo complica e multiplica as falhas; na economia de Estado, que faz o concubinato do poder e do dinheiro; e no segredo, que é o sucedâneo perverso da liderança política e do conceito público.

Marçal Versiani é redator do GLOBO.